Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE JUNHO DE 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 1627 Proc. n.º 35.14
Data: 019/06/03 N.º 1/XI

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

I – GENERALIDADES

1. Constituição da Comissão

a) Partido Socialista (PS)

- Fátima Ferreira
- João Vasco Costa
- José San-Bento
- Manuel Pereira
- Marta Couto
- Ricardo Ramalho
- Sónia Nicolau

b) Partido Social Democrata (PSD)

- Antonio Marinho
- Bruno Belo
- Carlos Ferreira
- Marco Costa

c) Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

- Alonso Miguel)

d) Bloco de Esquerda (BE)

- António Lima

e) Partido Comunista Português (PCP)

- Joao Corvelo

2) Mesa da Comissão

Presidente – Antonio Marinho (PSD)
Relator – Bruno Belo (PSD)
Secretário – Manuel Pereira (PS)

II- TRABALHOS REALIZADOS

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu, no dia 29 de maio de 2019 e a Subcomissão de Política Geral, no dia 31 de maio de 2019, na Delegação da ALRAA de São Miguel, em Ponta Delgada, com a seguinte agenda:

29 de maio

- Audição do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional sobre o Projeto de Resolução n.º 137/XI (PSD) - "Dignificação e valorização profissional dos assistentes administrativos da RIAC";
- Preparação do Projeto de Decreto Legislativo Regional, da iniciativa da CPG, "Modificação da área das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada";
- Audição do Senhor Presidente da AMISM, Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, sobre a Anteproposta de Lei n.º 10/XI (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras»";
- Audição da Senhora Secretária Regional da Solidariedade Social sobre:
- Anteproposta de Lei n.º 10/XI (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras»";
- Requerimento do PSD destinado a "prestar esclarecimentos sobe a situação dos moradores da rua da Ladeira de Santa Cruz das Ribeiras, que tiveram de abandonar as suas residências em abril do ano transato e continuam sem solução definitiva à vista";
- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI (PCP) - "Para alteração do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro que - "Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores";

- Audição de Representante de proprietários de terrenos, Prof. Doutor Carlos Riley, sobre a Anteproposta de Lei n.º 10/XI (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras»";

- Outros Assuntos.

31 de maio

§ Único - Audição de Representante de proprietários de terrenos, Senhor Tomaz Hipólito, sobre a Anteproposta de Lei n.º 1O/XI (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras»".

III – PENDENTES

1. Nesta data encontram-se pendentes na Comissão:

a) **Projeto de Resolução n.º 143/XI** – Recomenda ao Governo da República que dê início às negociações do Acordo Laboral para a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores da Base das Lajes.

b) **Projeto de Resolução n.º 141/XI** – Aplicação de pintura termoplástica para sinalização vertical da Estrada EN3-1A, na ilha Terceira.

c) **Projeto de Resolução n.º 137/XI –** Dignificação e valorização profissional dos assistentes administrativos da RIAC.

d) **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XI** - Conselho da Diáspora Açoriana.

e) **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI** - Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores.

f) **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI** - Para alteração do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro que - "Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores.

g) **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XI -** Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores.

Horta, 3 de junho de 2019

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho